Agenda Urbana da Fronteira da Paz

Santana do Livramento e Rivera: uma cidade, dois países

Uma agenda urbana para o século XXI

A afirmação dos cidadãos

Março 2022

União Europeia

EIXO ATLÂNTICO
DO NOROESTE PENINSULAR

Versão preliminar do documento estratégico sobre a Agenda Urbana da Fronteira da Paz aprovado pelo Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentável, na sessão de 17-03-2022, e destinado a consulta pública dos cidadãos e das diversas organizações da sociedade civil e entidades dos Municípios de Santana do Livramento e de Rivera.

Índice

01. Apresentação 4

02. Metodologia 5

03. Uma visão do território 7

3.1. Uma fotografia do território em números 7

3.2. Uma análise do território 17

04. Agenda Urbana: objetivos gerais 19

4.1. O que é uma Agenda Urbana? 20

4.2. Porquê fazer uma Agenda Urbana? 21

4.3. Como a desenvolver? 21

4.4. Para que serve uma Agenda Urbana? 22

05. Um contínuo urbano para os cidadãos 24

5.1. Síntese de um diagnóstico preliminar 24

5.1.1. Administração do território 24

5.1.2. Acordos celebrados 25

06. Uma agenda urbana para os cidadãos 27

6.1. Uma visão para o contínuo urbano 28

6.2. Os objetivos estratégicos 28

6.3. Os vetores de ação 28

01. Apresentação

Uma Agenda Urbana é uma ferramenta de planificação para o crescimento da cidade em todas as suas dimensões: urbanística, social, económica, ambiental, etc., perspetivada para um horizonte temporal de médio prazo e traduzindo uma visão estratégica da cidade.

No presente documento é apresentada uma versão preliminar da **Agenda Urbana da Fronteira da Paz,** destinada a consulta pública e recolha de contributos dos cidadãos, das organizações parceiras e dos decisores políticos aos diversos níveis, ainda que esta versão preliminar incorpore já o sentido predominante dos contributos de opinião solicitados e abertos à iniciativa dos cidadãos.

Esta versão preliminar destinada a consulta pública foi adotada pelo **Comité de Acompanhamento do Desenvolvimento Sustentáve**l na sua sessão de 17-03-2022.

Foi preparada no âmbito da realização do projeto Fronteira da Paz, que visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento, promovendo a aplicação de práticas de economia circular na gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), assente numa abordagem de economia social e de inclusão social inovadora, orientada para a dignificação e valorização da intervenção dos setores populacionais mais desfavorecidos e vulneráveis, procurando assegurar a sustentabilidade das iniciativas a realizar, através de uma gestão mais eficiente dos serviços públicos locais, perspetivando a governação urbana no conjunto do contínuo urbano constituído pela cidade de Santana do Livramento e a cidade vizinha de Rivera, valorizando a circunstância histórica de não existir entre elas uma fronteira física mas tão só uma praça pública conjunta e comum.

Tem a ambição de contribuir para melhorar a governação no conjunto do contínuo urbana de Santana do Livramento e de Rivera e de promover uma cidadania ativa, através de uma metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano.

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural.

Constitui um documento estratégico com uma visão no horizonte de uma década, horizonte temporal alargado que não se condiciona aos ciclos políticos da administração local, no qual se identificam as grandes linhas de desenvolvimento que os seus cidadãos ambicionam.

Fronteira da Paz,

Uma cidade de dois países. Um espaço de cidadania

Uma cidade que promove o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos

02. Metodologia

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** foi preparada no âmbito do projeto *Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável da Fronteira da Paz* que perspetiva alguns impactos relevantes:

1. Melhorar a governação urbana de Santana do Livramento e promover uma cidadania ativa, através de uma **Agenda Urbana** baseada numa metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano. Dispor de uma estratégia integrada de cidade (Agenda Urbana) permitirá melhorar a governação urbana e a atuação municipal, originando numa acrescida eficiência de governação local.

2. Beneficiar da experiência e dos **objetivos do Pacto Verde Europeu**, em particular no que diz respeito ao papel da UE como líder mundial na luta contra as alterações climáticas e a degradação ambiental, contribuindo para serem promovidas e consolidadas alianças verdes entre a UE e a América Latina através das suas cidades.

3. Promover a aprendizagem entre pares, estando prevista uma visita de estudo ao território do Eixo Atlântico, para que os decisores políticos possam conhecer a realidade europeia e ver em primeira mão o impacto da Agenda Urbana transfronteiriça no território do sistema urbano do Eixo Atlântico, e uma viagem de estudo e formação no território de Santana do Livramento e respetiva área de influência para a transferência e da metodologia desenhada pelo Eixo Atlântico para a sua Agenda Urbana e respetivo plano de ação.

4. Aumentar a prosperidade e o bem-estar através de **abordagens de economia social** na estratégia de desenvolvimento urbano sustentável permitindo a inclusão social de cerca de 10.000 famílias que se estima viverem em situação de pobreza ou de extrema pobreza em Santana do Livramento, muitas delas dependentes da economia paralela associada à recolha de RSU, promovendo iniciativas para que os setores sociais mais desfavorecidos possam iniciar novas atividades económicas a partir do uso sustentável desses resíduos.

5. Promover a criação de emprego, através de um **novo modelo de gestão dos RSU**, da regularização e valorização da atividade dos recolhedores informais que atualmente realizam a sua atividade submersa neste município, contribuindo para melhorar as taxas de emprego.

6. Melhorar a resiliência e o ambiente da cidade, através da implementação de uma estratégia de gestão de RSU assente nos princípios de **economia circular**, valorizando uma estratégia de inclusão social inovadora e sustentável.

Em síntese, o projeto Fronteira da Paz procura dar um contributo para "***tornar as cidades e outros pequenos aglomerados inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis***" (ODS 11 da ONU).

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** ambiciona ser um encontro entre os poderes democráticos e a sociedade democrática, ou seja, a cidadania. Deve haver um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da cidade.

Promove um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da cidade. Neste processo, o conceito de corresponsabilidade do cidadão adquire especial relevância, propondo corresponsabilizar os cidadãos pela gestão da sua cidade.

A **Agenda Urbana da Fronteira da Paz** assenta na definição de uma estratégia de atuação, precedida de um diagnóstico da situação de partida, é baseada numa **metodologia participativa e aberta a todo o contínuo urbano**. Essa parceria ativa com os cidadãos justifica que lhes seja pedido o seu contributo de opinião sobre a visão que têm da cidade.

Foi obtido o contributo dos cidadãos, das instituições e dos decisores políticos sobre o contexto, as disparidades territoriais, os desafios que a cidade enfrenta, sobre a visão estratégica para a cidade num horizonte de médio prazo e as medidas que, nesta perspetiva, consideram relevantes.

Esses contributos, ou melhor, o sentido predominante desta primeira fase do exercício de cidadania é já incorporado na versão preliminar que agora é colocada em consulta pública por um prazo suficientemente alargado para viabilizar as múltiplas iniciativas de divulgação, análise e discussão que se deseja venham a ser realizadas.

Os contributos a recolher nesta fase de apreciação pública vão seguramente enriquecer a versão final do documento estratégico da **Agenda Urbana da Fronteira da Pa**z que se pretende ver consagrado no último trimestre de 2022.

O documento estratégico agora colocado em apreciação pública será complementado com o plano de ação para o pôr em prática. Mas este plano de ação vai também ser objeto de um processo plural de debate com a mais ampla participação possível dos cidadãos.

03. Uma visão do território

Conhecer o território para identificar uma estratégia.

3.1. Uma fotografia do território em números

5.1.1. Território

O continuo urbano de Santana do Livramento – Rivera é composto pelo território das duas cidades vizinhas do mesmo nome, com uma area de 102 km2.

O Municipio de Santana e a Intendência Departamental de Rivera estendem-se em conjunto por um território de mais de 16.300 km2, com uma baixa densidade populacional de cerca de 11 habitantes por Km2.

Dimensão do território

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Área do município	Km2	6.950		9.370		16.320	
Área da cidade princnipal	Km2	50		52		102	
Densidade	Hab/Km2	11		12		11	

5.1.2. Demografia e evolução da população

A população das duas entidades locais representa atualmente cerca de 185.000 habitantes.

Dimensão do território

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
População	1996	85.554		98.472	7	184.026	
	2011	82.464	1	103.473	5	179.794	
	2019/20	79.101	2	108.809	6	187.900	
População urbana	2019	66.360		101.469	6	167.829	
População rural		7.308		7340	6	14.648	
Total		73.668	3	108.809	6	182.477	

(1) IBGE Censo 2010
(2) SEBRAE
[3] https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santana_do_Livramento.pdf
[5] Anuario Estatistico Uruguay 2020, população 2019.
(6) Proyecciones INE realizadas año 2013. https://www.ine.gub.uy/web/guest/estimaciones-y-proyecciones
(7) Censo 1996, Instituto Nacional de Estadística. https://www.ine.gub.uy/web/guest/censo-1996

Evolução da população

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz
População	1996	85.554		98.489		184.043
População	2020	76.321	4	108.809	5	185.130
População urbana	%	90		92		91
População rural	%	10		8		9

(4) Estimativa IBGE Brasil para 2020

(5) Anuario Estatistico Uruguay 2020, população 2019

Entre 1996 e 2020 o Municipio de Santana do Livramento viu a sua população ser reduzida de cerca de 9.200 habitantes, embora o IBGE preveja uma população em 2021 de 75.640 hab. No mesmo tempo Rivera viu a sua população aumentar de cerca de 10.000 habitantes.

A estrutura etária, embora ainda jovem nos dois Municipios comparativamente à União Europeia, tem vindo a mostrar um certo envelhecimento, com a população jovem a diminuir e a população de mais de 65 anos a aumentar.

Estrutura etária

		Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz
2000	Total de população	%	85554	1	106.295		191.849
	População com menos de 15 anos		28		29		28,6
	População 15 - 64 anos		64		61		62,3
	População com mais de 65 anos		8		10		9,1
2019	Total de população	%	73.668		108.809		182.477
	População com menos de 15 anos		20		22		21,2
	População 15 - 64 anos		65		65		65
	População com mais de 65 anos		15		13		13,8

(1) Dados referentes a 1996

Desconhece-se a dimensão do trabalho informal nos dois Municipios. E a informação estatística disponível esta desatualizada. A taxa de desemprego jovem (até 24 anos) era em 1997 de 47,8%, mas necessita atualização.

A estrutura da população ativa tem evoluído no sentido de uma diminuição do sector primário com um incremento substancial do sector terciário.

Comparativamente, a estrutura da população ativa da UE é de 4,3% no setor primário, 24,9% no setor secundário e 70,8% no setor terciário.

População ativa

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Taxa de atividade	%	65,8	7	55,2	11	60,5	
Taxa de desemprego		6,6	8	8,7	11	8,0	
População empregada	%						
Agro-pecuária		19	9	25,9			
Indústria		9	9	5,9			
Serviços		72	9	68,2			

(7) 2010

(8) 2010

(9) Estimativa combase nos dados estastísticos do VAB dos setores primário, secundário e serviços

(11) Observatório Económico 2020

5.1.3. Habitação e desenvolvimento urbano

A população dos dois Municipios está concentrada em áreas urbanas com índices acima dos 90%. As condições de habitabilidade demonstram fragilidades em matéria de Rede de esgotos e recolha e tratamento de lixos.

Habitação

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
População no município/departamento	nº	76.321	11	109.038	12	185.130	
Em área urbana	%	90		93,4		92	
Em área rural	%	10		6,6		8	
Homens	%	47,8		49,1		48,5	
Mulheres	%	52,2		50,9		51,5	
População na cidade sede							
1996	nº	79.500		71.345		150.845	
2011	nº	70.000		78.880		148.880	
Habitações	nº	27381		39757	14	67.138	
com água canalizada	%	93		94	14	93,5	
com ligação a rede de esgotos	%	44		45,4	14	44,7	
com recolha de lixo	%	98,7	13	89,9		94,3	
com energia elétrica	%	99,5		99,5		99,5	

(11) Estimativa IBGE Brasil para 2020, redução de 82.464 em 2010 (Censo)

(12) Proyecciones INE realizadas año 2013. https://www.ine.gub.uy/web/guest/estimaciones-y-proyecciones

(13) So população urbana, Plano de Saude Municipal 2018-21

(14) Censo 2011, Instituto Nacional Estadística . https://www.ine.gub.uy/censos-2011- V1-RIV

Verifica-se ainda a existência de Bairros irregulares que urge resolver.

5.1.4. Equipamentos

A. Água potável e águas pluviais

Não se conhece o volume das águas pluviais produzidas que no futuro pode constituir uma importante parte da água disponível para usos designadamente não domésticos.

Água potável

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Consumo	m3/mês	411 000	709 847	1 120 847
Doméstico	%	92,0	91,7	92,0
Outros usos		8,0	8,3	8,0

B. Rede de esgotos

Esgotos

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Volume tratado	m3/mês		313.446	
Produção	l/hab/dia		234	
Doméstico	l/hab/dia		199	
Industrial	l/hab/dia			
Comércio e serviços	l/hab/dia		35	

Situação dos domicílios

	Unidade	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Fossa séptica	%	41,2	48,4	44,8
Rede geral deesgotos		39,2	50,7	45,0
Fossa rudimentar		14,4		
Vala		3	0,2	1,6
Outro escoadouro		1,3	0,1	0,7
Sem banheiro ou sanitário		0,7	0,6	0,7
Rio, lago		0,2		

C. Resíduos sólidos urbanos. Tratamento e reciclagem

Existe nos dois Municipios um sistema de recolha tradicional e tratamento primário (aterro / relleno sanitario) de RSU - resíduos sólidos urbanos. Não existe, porém, ainda um sistema de tri-seletivo específico no domicílio (ex. lixo doméstico, papel – cartão, plásticos e vidro).

Não existe ainda também uma rede de reciclagem organizada que permita possuir e desenvolver uma economia circular de aproveitamento de resíduos de forma económica e sustentável. Existe, porém, uma reciclagem básica com o concurso de catadores (trabalho informal) e o concurso de empresas que reciclam pontualmente vários tipos de resíduos, incluindo materiais de construção.

Recolha de RSU -2020

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
População total	nº hab.	76 321		109 038		185 359	
Recolha indiferenciada	t/ano	18 119		15 258		33 377	
Matéria orgânica	t/ano	10 872		8 728		19 600	
Papel	t/ano	2 718		1 511		4 229	
Plástico	t/ano	2 537		1 572		4 109	
Outros		1 268		3 082		4 350	
Metais	t/ano	544		122		666	
Vidros	t/ano	181		244		425	
Recolha seletiva bruta de recicláveis secos domésticos - *Recicladores informais*	t/ano			581		581	
Recolha seletiva líquida de recicláveis secos domésticos - *Recicladores informais*	t/ano	85		207		292	
	Kg/hab/ano	1,1		1,9		3	
Peso da recolha seletiva líquida de resíduos domésticos	%	0,5%		1,3%		0,9%	
Outros resíduos urbanos. Recolha estimada	t/ano	232		19 782		20 014	
Total estimado	t/ano	18 436		35 621		54 057	
	Kg/hab/ano	242		327		569	

D. Educação

Educação

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
População analfabeta - 2019	%	3,9	18	2,7	18	3,3	
População com curso médio ou superior	%	29	20	37	19	33	
Ensino superior	nº estabelc.	5		5		10	
Esola infantil	nº estabelc.	52		18		70	
Escola fundamental	nº estabelc.	53		156		209	
Escola média	nº estabelc.	16		20		36	

(18) 2010
(19) 1996
(20) SEBRAE 2020

Educação - Alunos matriculados em 2020

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Infantil							
Municipal		2.506		3.649	19	6 155	
Privado		779		276	19	1 055	
Ensino fundamental							
Estadual		5.191		10.044	19	15 235	
Municipal		2.179				2 179	
Privado	nº	1.050		504		1 554	
Ensino médio							
Estadual		1.874		9.481	19	11 355	
Privado		300		217	19	517	
Educação profissional							
Estadual		112		3.539	20	3 651	
Federal		1.112				1 112	

(19) 1996

(20) https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santana_do_Livramento.pdf

E. Saúde

Saúde

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Esperança de vida	anos	75,8		77,86	21	76,8	
Capacidade	nº camas						
Camas hospitalares	nº camas	215		267	21	482	
Unidades de cuidados intensivos	nº camas	30		30		60	
Estabelecimentos de saude							
- Hospitais	nº	4		3		7	
-ambulatorio	nº	22				22	
- diagnostico	nº	11		3		14	
Numero de							
Enfermeiros	nº	63		476	22	539	
Médicos	nº	105		306		411	

(21) 2019, contra 77,55 em 2017

F. Custos económicos dos equipamentos

Estes indicadores são importantes conhecer para que a cidadania tenha uma ideia de quanto custam os investimentos em equipamentos e infraestruturas.

Custos dos equipamentos públicos

	Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Agua potável			
- preço do m3 de água pago pelas habitações		$U26,64 e $U100,79	
- preço do m3 de água pago pelo comercio e industria		$U114,63	
Rede de Esgotos			
- taxa cobrada a cada habitação		$U26,64 e $U100,79	
Educação – custo de construção por aluno			
- ensino primario		$U 83.600 22	
- ensino secundario		$U 82.456	
- ensino médio e profissional		$U 95.533	
- ensino superior CFE		$U 112.393	
- ensino superior UDELAR o UTEC			

Custos da gestão dos RSU - 2020

USD, câmbio de dezembro 2020

		Santana do Livramento	Rivera	Fronteira da Paz
Recolha e transporte	*USD/ano*	736 717	1 200 610	1 937 327
Tratamento	*USD/ano*	721 587	133 273	854 860
Total	*USD/ano*	1 458 304	1 333 883	2 792 187
Recolha e transporte	*USD/t*	40,7	78,7	60,0
Tratamento	*USD/t*	39,8	8,7	24,3
Total	*USD/t*	80,5	87,4	84,0
Recolha e transporte	*USD/hab*	9,7	11,0	10,3
Tratamento	*USD/hab*	9,5	1,2	5,4
Total	*USD/hab*	19,1	12,2	16,0
Auto-financiamento do serviços	*%*	57%	76%	67%

5.1.5. Mobilidade

Mobilidade

	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Rede Viária (km)	40	?	46		86	
Transporte urbano e Interurbano						
Transporte urbano	SIM		SIM		SIM	
Transporte interurbano transfronteiriço	NÃO		NÃO		NÃO	
Terminal Rodoviario	SIM		SIM		SIM	
Ferrovia						
Estaçao Ferroviaria passageiros	SIM		SIM		SIM	
Estação Ferroviaria par carga	SIM		SIM		SIM	
Terminal intermodal	NÃO		NÃO		NÃO	
Aeroporto Internacional	NÃO		SIM		Rivera	

Os dois Municipios possuem cada um uma frota de autocarros para transporte coletivo urbano, mas não existe uma rede de transporte coletivo urbano cobrindo as duas cidades (continuo urbano).

5.1.6. Agenda digital e telecomunicações

Agenda digital e telecomunicações

		Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Grau de cobertura Internet			1		1		1
% casas (hogares) con conexión a Internet				93,7			
Habitações urbanas não conectadas	%			6.3%			
Famílias rurais não conectadas							
Crianças sem conexão a Internet							
Conexões fixas internet	nº	11.160					
Grau de penetração de banda larga							
Penetração da banda larga móvel							
GSM	%			90%			
3G				91,5%			
Penetração banda larga fixa				91,4%			

[1] URSEC. Datos a diciembre 2020
file:///home/ceibal/Descargas/Informe%20Mercado%20Telecomunicaciones-2020-12-

Em Rivera, todos os centros educativos possuem acesso à internet e todas as crianças possuem “tablet” ou computador pessoal fornecido pelo Estado.

5.1.7. Economia e poder de compra das populações

Economia e poder de compra

	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
PIB Municipio (milhões)	2.613		U$S1.286	32	1.842	34
PIB / Habitante	33.840		U$S 11.792	32	9.496	35
Rendimento médio por agregado			$U45.021	31		
Numero empresas e emprego				33		
agro pecuaria	344		1920		2.264	
Industria e construção civil	509		397		906	
Comércio e serviços	3.749		4074		7.823	
Total empresas	4.602		6391		10.993	
Total emprego	12.811		19.900		32.711	

(31) Plano de Desarrollo conjunto, 1998
(32) URSEC. Datos a diciembre 2020 file:///home/ceibal/Descargas/Informe%20Mercado%20Telecomunicaciones-2020-12-version%20final.pdf
(33) Observatório Económico
(34) USD milhões
(35) USD

5.1.8. Cultura, património natural e turismo

Importante conhecer a oferta de equipamentos turísticos do continuo urbano, tais como museus, parques naturais, estabelecimentos hoteleiros (capacidade instalada medida pelo número de camas) e eventos periódicos nacionais e binacionais.

5.1.9. Segurança

Não existe para o contínuo urbano:

- ✓ Um plano de coordenação entre as 2 áreas municipais de prevenção de desastres e de proteção civil, nomeadamente para:
  - Prevenção e intervenção conjunta, incluindo a criação de brigadas conjuntas para apoiar as populações em caso de desastres naturais e outros;
  - Coordenação cm a rede de cuidados de saúde existentes,
- ✓ Um plano conjunto de resposta às consequências das alterações climáticas;
- ✓ Uma brigada policial conjunta de fronteira para facilitar a travessia da ponte, a gestão de fronteira e o combate à criminalidade organizada e à imigração ilegal.

Bairros inundáveis

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Bairros	nº			4	23		
Famílias abrangidas				319			
Pessoas abrangidas				1432			

(23) Plano de Desarrollo conjunto, 1998

5.1.10. Governação

Receitas e despesas correntes do município

	Unidade	Santana do Livramento		Rivera		Fronteira da Paz	
Receita corrente	2018	249,7	24	1 653,6	25	92	26
Despesa corrente		213,4	24	1 698,4	25	85	26
Receita corrente	2019	258,3	24	1 759,3	25	96	26
Despesa corrente		242,4	24	1 891,5	25	96	26

(24) Milhões de reais

(25) Milhões de pesos

(26) Milhões de USD (1 USD = 4,74 Reais; = 42 Pesos; ao câmbio de 26-03-22)

3.2. Uma análise do território

Tudo pode mudar. Se existe uma lição que podemos retirar daquilo que estamos a viver é que nada é garantido. Ter futuro é ser dono do presente.

1	Pontos fortes evidenciados
V	Transformar a interioridade numa vantagem comparativa, promovendo uma nova centralidade a partir da localização de fronteira, mitigando a distância relativa aos principais centros urbanos
V	Uma tradição consolidada de cooperação entre os dois municípios, que confere uma maior e mais efetiva capacidade de superação dos problemas, com ambição para evoluir para um novo patamar de desenvolvimento conjunto, sustentável, coerente e partilhado
V	A qualidade do ambiente, incluíndo a riqueza ímpar do aquífero de Guarany, dá corpo à ambição de vir a ser uma cidade reconhecida pela qualidade de vida dos seus cidadãos e atração para os visitantes
V	A existência de instituições universitárias, que permite qualificar os cidadãos, perspetivar um cluster do ensino ao longo da vida e uma interação permanente município-empresas-universidades
V	Um setor aagropecuário gerador de riqueza e de ocupação de ativos, com uma estrutura produtiva de base familiar que viabiliza um compromisso construtivo entre a salvaguarda do património natural, a produção de alimentos e a criação de valor acrescentado inovador a partir os produtos locais

2 Debilidades reconhecidas

V	Uma expressiva falta de emprego, assoociado à preocupante dimensão das diversas formas de atividade informal, geradores de um baixo nível de rendimento e de desigualdades sociais acentuadas que colocam a política de inclusão social no centro de uma estratégia de médio prazo
V	A fragilidade do tecido empresarial, associada à incipiente capacidade para atrair a instalação de empresas e captar investimentos produtivos
V	A recolha dos lixos urbanos que, conjuntamente com o escoamento dos efluentes líquidos e a deficente limpeza dos espaços públicos, afeta seriamente a qualidade de vida dos cidadãos, a atratividade da cidade e limita o potencial do turismo e do comércio como motores do desenvolvimento económico
V	A baixa mobilidade dos cidadãos, resultante do estado de manutenção das ruas e das estradas envolventes do espaço urbano e da debilidade dos transportes públicos
V	Uma administração local distante dos cidadãos e pouco proativa, apesar das flutuações que resultam dos ciclos políticos

3 Oportunidades a ter em conta

V	A parceria existente ente as duas administrações locais, que pode projetar a sua experiência como paradigma para outros territórios do MERCOSUL, conferindo visibilidade, protagonismo e atraindo recusos financeiros
V	O património natural e de produtos locais e práticas tradicionais, rico e diverso, potenciadores de valor acrescentado e de criação de emprego
V	Afirmação crescente de um turismo que valoriza a sustentabilidade ambiental, segurança e higiene, associado à gastronomia e valorizando os segmentos do turismo de compras e do turismo rural
V	O potencial produtivo de energias renováveis respeitadoras do ambiente
V	O Aeroporto de Rivera, com potencial aptidão para estimular o turismo e a captação de empresas

4 Ameaças a ter presente

V	A falta de emprego, geradora de pobreza, de emigração dos jovens e do envelhecimento da população
V	A fragilidade do tecido económico e a sua grande dependência das flutuações cambiais
V	A deficiente manutenção do espaço público e das infraestruturas públicas, condicionando a mobilidade, a atividade económica e o potencial turístico
V	As alterações climáticas e a sua incidência no património natural
V	A atividade económica ilícita, associada à inerente criminalidade geradora da insegurança dos cidadãos e de uma concorrência desleal

04. Agenda Urbana: objetivos gerais

Santana do Livramento forma com a cidade de **Rivera** um continuo urbano funcionalmente integrado chamado Fronteira da Paz, que historicamente opera informalmente como uma única cidade de 185.000 habitantes, assumindo-se como um dos polos de desenvolvimento do território em que se insere.

Um contínuo urbano com esta relevância não pode ser governado ao sabor da conjuntura de cada momento, por isso se promove um exercício de cidadania destinado a identificar um projeto de desenvolvimento no horizonte de uma década, horizonte temporal que não se limita nem se ajusta aos ciclos políticos da administração local.

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz é preparada num contexto de alívio dos efeitos da pandemia do covid 19 e de algum retomar da vida normal tal como a conhecíamos.

A escolha da palavra "alívio" dos efeitos da pandemia não foi casual, por ser ainda prematuro e provavelmente irrealista falar em final da pandemia. O que inicialmente se supunha que viria a ser apenas uma crise de saúde pública, evoluiu rapidamente para uma crise de valores, de causas, de modos de vida e de hábitos sociais, que por sua vez evoluiu para uma profunda crise social com efeitos avassaladores na economia mundial.

Esta crise trouxe-nos uma outra e nova frente de preocupação no plano político. A democracia deslizou para os limites da sua base conceptual por força das medidas de controlo intrusivo da privacidade, das restrições à livre circulação e do limitado funcionamento das instituições. Pela primeira vez, o combate a um surto epidémico suscita discussão sobre a constitucionalidade e legitimidade democrática de várias das medidas que os governos têm vindo a adotar.

No final desta crise não voltaremos ao ponto de partida. O contexto futuro vai ser seguramente muito diferente.

O modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu nas últimas décadas favoreceu a concentração das populações em grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas, nas quais também se concentrou o apelo dos empregos mais qualificados. Esta excessiva concentração não foi a causa primeira do surto epidémico, mas foi seguramente a causa primeira para a dimensão pandémica que atingiu.

Não obstante a crise das grandes metrópoles, as cidades continuam a ser um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social, facilitam o surgimento de novas iniciativas empresariais, asseguram equipamentos e serviços, sustentam atividades lúdicas e culturais, facilitam o intercâmbio de informação, garantem economias de aglomeração e dimensão crítica.

A resposta à conjuntura de emergência social e de crise económica vai ter que ser inovadora porque os instrumentos clássicos de apoio à manutenção dos postos de trabalho muito provavelmente não serão já suficientemente eficazes.

Que mudanças vai esta pandemia provocar? A única certeza que temos relativamente ao futuro é que não há certeza nenhuma. Esta é uma crise diferente de todas aquelas que conhecemos e vivemos recentemente.

Nos últimos anos acentuaram-se tendências que certamente se vão manter: a luta contra as alterações climáticas, a aposta na sustentabilidade e nas energias limpas. Vai acentuar-se a importância da saúde pública, impondo-se as cidades mais saudáveis e amigas do ambiente. A segurança vai ganhar certamente peso acrescido nas cidades ainda que com um conceito mais alargado, não limitado à delinquência, criminalidade e insegurança, mas agora largado aos temas da saúde, da alimentação e da cibersegurança.

A digitalização já estava inscrita na agenda urbana, o confinamento apenas acelerou a dinâmica deste processo. As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram os nossos modos de comunicar, de viver e de trabalhar. Elas mudaram as nossas sociedades e as nossas economias. A *internet das coisas* está a conectar-nos de novas formas. Depois do conhecimento e das pessoas, são agora os dispositivos físicos e os sensores que se conectam.

Precisamos de cidades mais digitais e mais flexíveis na interação com as novas dinâmicas económicas e sociais, com maior participação ativa dos cidadãos e dos consumidores na transformação energética, através da criação de valor.

O continuo urbano formado por Santana do Livramento e por Rivera, uma cidade, dois países, pode legitimamente ter a ambição de se afirmar como uma comunidade atrativa para viver, investir, trabalhar, educar, estudar e visitar. Mantendo uma escala humana, pode ambicionar um elevado padrão de qualidade de vida, sustentabilidade, inclusão social e coesão local. Uma economia atrativa para captar investimentos e estimular a criação de emprego, que promova o empreendedorismo e a criatividade.

Estando numa localização de fronteira, distante dos principais centros urbanos, pode transformar essa localização numa vantagem competitiva.

Mas deve ambicionar sobretudo ser um espaço de inclusão e de solidariedade, que não deixa para trás os mais fragilizados, que troca o assistencialismo por uma economia social dinâmica e empreendedora, que promove a troca de economias paralelas de mera subsistência pela dignidade conseguida através de projetos de economia social inovadora e sustentável.

- ***O que é uma Agenda Urbana?***
- ***Porquê fazer uma Agenda Urbana?***
- ***Para que serve uma Agenda Urbana?***
- ***Como a desenvolver?***

4.1. O que é uma Agenda Urbana?

Uma Agenda Urbana é uma ocasião para pensar como queremos que as nossas cidades sejam nos próximos anos.

Uma Agenda Urbana é uma ferramenta de planificação para o crescimento das cidades em todas as suas dimensões: urbanística, social, ambiental, etc. Estabelece uma nova forma de participação dos cidadãos no governo da cidade.

As administrações públicas locais são as mais próximas às pessoas e aos seus problemas. Por isso, têm a responsabilidade de se equipar com as ferramentas adequadas para servir o público. As agendas estratégicas são uma dessas ferramentas, uma vez que permitem diagnosticar os problemas e propor soluções que envolvam todos os cidadãos.

No ano 2050, 70% da população mundial, segundo as Nações Unidas, viverá em cidades e é nas cidades onde se produz o melhor e o pior do ser humano. Nas cidades experiencia-se qualidade de vida, solidariedade, amizade, mas todas as patologias sociais também emergem: delinquência, agressividade, violência de género, alcoolismo, etc.

4.2. Porquê fazer uma Agenda Urbana?

Uma agenda urbana constitui um instrumento importante para refletir e é uma ocasião para pensar como querem os habitantes ver as suas cidades nos próximos anos.

A política urbana europeia para o período 2021-27, baseia-se na Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, a qual tem como referência a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de maneira integrada, e para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das suas metas, inclusive o ODS 11, para tornar as cidades e os aglomerados urbanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

O desenvolvimento urbano sustentável integrado deve evoluir progressivamente para áreas urbanas funcionais e sistemas urbanos policêntricos, e para formas renovadas de cooperação rural-urbana, baseadas em acordos entre centros urbanos e entre centros urbanos e suas áreas circunvizinhas. Esses territórios tendem a compartilhar problemas e, portanto, devem tender a desenhar e promover estratégias comuns de desenvolvimento urbano.

4.3. Para que serve uma Agenda Urbana?

Uma Agenda Urbana é uma ferramenta de planificação para o crescimento da cidade em todas as suas dimensões: urbanística, social, ambiental, etc., perspetivada para um horizonte temporal de médio prazo e traduzindo uma visão estratégica da cidade.

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural.

Permite melhorar a governação urbana de Santana do Livramento, de Rivera e do contínuo urbano formado por estas cidades e promover uma cidadania ativa. Dispor de uma estratégia integrada de cidade (Agenda Urbana) permitirá melhorar a governação urbana e a atuação municipal, originando numa acrescida eficiência de governação local.

01.	**Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado**
02.	**Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego**
03.	**Uma cidade sustentável e amiga do ambiente**
04.	**Uma comunidade inclusiva e participada**
05.	**Uma administração próxima dos cidadãos**

4.4. Como a desenvolver?

O conceito de corresponsabilidade do cidadão adquire especial relevância. Corresponsabilizar os cidadãos pela gestão das suas cidades. É evidente que esta missão é das cidades, mas não pode deixar de fora os cidadãos. Deve haver um diálogo participativo e corresponsável para que os cidadãos não sejam meros sujeitos passivos no desenvolvimento da cidade.

Se a Agenda Urbana é o documento estratégico de visão a largo prazo, o Plano de Ação é um documento de execução da estratégia definida e que deve traduzir ações, medidas e projetos concretos. Por natureza é um documento mais longo.

Tal como a estratégia, o plano de ação deve também ser um documento evolutivo, que evoluirá em função da evolução do território, das suas atividades e das suas populações no tempo, e onde tal se justifique. Justifica-se por isso revisões periódicas com um arco de tempo à volta de 2 anos.

Cada estratégia precisa de um plano de ação para a pôr em prática.

Mas este plano de ação deve também ser objeto de um processo plural de debate com a mais ampla participação possível dos setores e dos cidadãos. Com esta filosofia em mente um ano despois do lançamento da Agenda Urbana, estes setores foram convidados para um fórum de lançamento do Plano de Ação, um fórum com o qual se iniciou o trabalho de elaboração das propostas contidas no Plano de Ação.

1	**Elaboração de um relatório técnico conjunto das cidades envolvidas de caracterização socioeconómica e urbanística do espaço territorial em questão.** **Informação essencial para equacionar a problemática urbana existente, os desafios que se perfilam em termos de ocupação do espaço, infraestruturas e equipamentos necessários, e permitir com base na evolução recente dos indicadores perspetivar que 'cidade' se pretende visionar no futuro para os cidadãos que ai habitam.**
2	**Proceder a uma consulta dos decisores políticos (executivo e legislativo) das cidades envolvidas, para se ter uma perceção de qual é a sua opinião sobre o futuro do espaço territorial a 10-15 anos.**
3	**Proceder a uma consulta dos serviços técnicos das cidades envolvidas, para se ter uma perceção de qual é a sua opinião sobre o futuro do espaço territorial e uma mais fina opinião sobre os problemas técnicos nos diferentes domínios de atuação (ex. Mobilidade, urbanismo, exclusão social, energia, administração, etc.)**
4	**Proceder a uma consulta dos agentes socio económicos da sociedade civil (Universidades, associações comerciais e industriais, associações sindicais, ONGs, etc.) para obter a sua visão para o futuro do território.**
5	**Proceder a uma consulta online dos cidadãos do território em questão, quer via os sites web dos municipios envolvidos, quer via redes sociais mais conhecidas no território, quer ainda via comunicação social.** **A comunicação social tem um papel importante na organização do debate publico, se bem que não exclusivo, e de divulgação.**

05. Um contínuo urbano para os cidadãos

O projeto **Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável da Fronteira da Paz** visa promover o desenvolvimento urbano integrado e com ele melhorar a qualidade de vida da população de Santana do Livramento, de Rivera e do contínuo urbano formado por estas duas cidades.

Utilizou como nome e imagem de marca o acrónimo comumente utilizado para designar esta zona da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, Fronteira da Paz, bem simbolizada no espaço público comum que respeita o princípio da fronteira política, mas considera que esta não deve implicar fronteiras físicas nem entraves acrescidos para o dia a dia dos cidadãos.

Compreende-se assim que o projeto se tenha proposto promover a realização de um diagnóstico detalhado e fundamentado dos entraves político-administrativos que condicionam uma gestão partilhada do contínuo urbano, possibilitando a seguir, e no pleno respeito das soberanias constitucionais vigentes, encontrar soluções práticas que permitam aprofundar a ideia

Uma cidade, dois países.

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz e, com maior relevância o seu plano de ação, propõe-se dar uma especial atenção à identificação e superação dos referidos entraves político-administrativos.

5.1. Síntese de um diagnóstico preliminar

5.1.1. Administração do território

A República Federativa do Brasil é composta pelo Distrito Federal localizado na sua capital (Brasília), 26 estados, e 5.570 municípios. Os municípios brasileiros possuem considerável autonomia, inclusive em matéria fiscal. O município, os estados e o Distrito Federal estão autorizados a cobrar impostos, taxas pelo poder policial ou pela utilização, real ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, e contribuição para a melhoria de obras públicas.

Consequentemente, nesta estrutura governamental, Santana do Livramento é um governo de terceiro escalão, precedido pelo governo estadual do Rio Grande do Sul e pelo governo federal.

Santana de Livramento tem plena autonomia e é responsável pela organização, dentre outras, da saúde e da educação. Recebe dotações orçamentárias do Estado para abordar e implementar políticas públicas nessas áreas.

Pelo seu lado, o Departamento de Rivera faz parte da estrutura organizacional como um dos dezanove departamentos da República Oriental do Uruguai. É um governo regional localizado no segundo nível da estrutura administrativa do

estado. Ou seja, no topo está o poder máximo do governo nacional, o Presidente da República, e na base estão os alcaldes dos municípios. A cidade de Rivera, homônima, é a capital do departamento.

Em Rivera, a Constituição Nacional delega todos os poderes de governo e administração, com exceção da organização da segurança. De acordo com o seu artigo.262 "o Governo e a Administração dos Departamentos, com exceção dos serviços de segurança pública, serão exercidos por uma Junta Departamental e por um Intendente"

Pontos relevantes:

- ✓ Atenção administrativa: Ao tratar de questões fronteiriças e ao implementar políticas públicas, Santana do Livramento participa de um conglomerado de 5570 municípios, enquanto Rivera participa de um conglomerado de 19 governos departamentais.
- ✓ Distância geográfica em relação aos tomadores de decisão: Santana do Livramento está aproximadamente a 2.338 km do Distrito Federal (Brasília). Rivera está situada a cerca de 500 km da capital do Uruguai (Montevideu).

5.1.2. Acordos celebrados

As relações fronteiriças foram consolidadas nas Reuniões de Alto Nível (RAN) que se realizaram através das atividades dos grupos de trabalho orientados pelo Tratado de Assunção. Ambos os governos criaram organismos governamentais para definir políticas conjuntas para a fronteira. Nos anos 90, foram criadas as Comissões para o Desenvolvimento da Lagoa de Merín (CLM) e a Comissão da Bacia do Rio Cuareim (CRQ), bem como seis Comitês Binacionais de Fronteira.

Em 2002, foi criado o Grupo Ad Hoc para a Integração Fronteiriça. Posteriormente, foram estabelecidos seis pares de "cidades gémeas": Chuí-Chuy, Jaguarão-Rio Branco, Aceguá-Aceguá, Santana do Livramento-Rivera, Quaraí-Artigas e Barra do Quaraí-Bella Unión. Essas cidades geminadas estão listadas no Anexo III da Resolução 13/19 do Mercosul.

Um evento de grande impacto foi a constituição em 2002 do mecanismo denominado "Nova Agenda para a Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai", que funciona ao nível de Vice-Chanceleres. Este foi o ponto de partida para uma série de reuniões para abordar as questões da 'Nova Agenda' por quatro Grupos de Trabalho sobre os temas relacionados à Saúde; Educação e Formação Profissional, Cooperação Policial e Judiciária, e Ambiente e Saneamento.

A construção de uma institucionalidade fronteiriça avançou em 2004 com a instalação do Comitê Binacional Uruguai-Brasil de Intendentes e Prefeitos Fronteiriços. Este órgão reúne-se simultaneamente com a reunião dos Vice-Chanceleres.

A V Reunião de Alto Nível realizou-se em Montevideu em julho de 2007. Entre os resultados da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço está a aprovação em 2002 do "Acordo sobre Autorizações de Residência, Estudo e Trabalho para Residentes Fronteiriços", que determina a concessão de um "documento especial de fronteiriço" para brasileiros e uruguaios domiciliados nas localidades ligadas a este acordo, localizados em uma faixa de 20 km de cada lado da fronteira.

Entre 2005 e 2010, um importante passo para a integração fronteiriça foi a criação do Fundo de Convergência e Estruturação do Mercosul (FOCEM). No caso do Uruguai, esses fundos têm sido canalizados principalmente para

projetos que abordam os problemas das populações fronteiriças. Através do FOCEM foram canalizados recursos para a execução do primeiro projeto binacional da história do MERCOSUL, o saneamento básico de Aceguá/Acegua.

Em abril de 2016, realizou-se em Brasília a X Reunião Plenária de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Uruguai-Brasil, tendo sido acordado adotar um Plano Integrado de Fronteiras.

Em 2019, na cidade de Bento Gonçalves, Brasil, realizou-se a assembleia do Conselho Comum do Mercosul. Foi nesta ocasião que o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas foi formalmente aprovado através da Resolução MERCOSUL /CMC/DEC 13/19.

Pontos relevantes:

- ✓ Áreas de Controle Integrado: Melhorar a informação aos turistas (páginas web, melhorar a sinalização, espaços de informação turística, acelerar os procedimentos migratórios).
- ✓ Políticas Sociais e Assuntos Laborais: Cumprir os acordos de isenção de tradução de documentos, necessidade de um documento especial fronteiriço, atenção às pessoas vulneráveis (formalizar o funcionamento do Comité Social Binacional).
- ✓ Saúde: Reativação da Comissão Binacional de Saúde: criação de uma rede de serviços de saúde fronteiriços, reconhecimento do Registro dos Médicos Profissionais.
- ✓ Comércio, Transportes: Revisão dos regimes tributários para as PME, rever aspetos referentes à instalação de *freeshops* que prejudiquem a economia local, gerar instâncias de acordo entre entidades financeiras para baixar e unificar as tarifas, criação de uma área de comércio livre, transporte urbano binacional, transporte de carga.
- ✓ Educação: Criação de cursos binacionais de graduação e pós-graduação, mobilidade de estudantes e funcionários públicos, proposta para a criação de escolas.
- ✓ Cooperação em matéria de Segurança Pública e Judiciária: Autorização do Acordo de Cooperação Policial, acordos de residência, estudo e trabalho, cooperação entre os bombeiros, acordos fronteiriços judiciais simplificados.
- ✓ Cultura e Turismo: Incentivar as atividades binacionais na cultura, desporto e turismo, corredores binacionais, integração dos jovens em eventos desportivos, promover circuitos turísticos. Inventário das atrações turísticas, melhorar o transporte binacional, a segurança, e a iluminação pública.

06. Uma agenda urbana para os cidadãos

A Agenda Urbana da Fronteira da Paz procura afirmar-se como um plano estratégico que projeta e reinterpreta as cidades de Santana do Livramento e de Rivera, e o contínuo urbano que formam em conjunto, nos planos económico, social, ambiental e cultural.

Identifica uma visão estratégica para a cidade e organiza-se numa base matricial em objetivos estratégicos, vetores de ação e linhas de intervenção. Para cada vetor de ação são identificados os resultados esperados e os atores envolvidos.

No presente documento é apresentada uma versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz, destinada a consulta pública e a recolher os contributos dos cidadãos, das organizações parceiras e dos decisores políticos aos diversos níveis, ainda que esta versão preliminar incorpore já o sentido predominante dos contributos de opinião solicitados e abertos à iniciativa dos cidadãos.

Nesta versão preliminar apenas são identificados os objetivos estratégicos e os vetores de ação. O documento estratégico da Agenda Urbana da Fronteira da Paz será complementado com o respetivo Plano de Ação, documento de execução da estratégia definida e que deve traduzir ações, medidas e projetos concretos.

O contributo dos cidadãos, das organizações parceiras e dos decisores políticos aos diversos níveis, é promovido em diversos momentos da preparação da Agenda Urbana da Fronteira da Paz e do seu plano de ação:

- ✓ Num primeiro momento, que continua aberto, foram solicitados contributos de opinião sobre a visão estratégica de médio prazo, sobre as medidas de curto e de médio prazo que devam ser promovidas, e sobre as dificuldades sentidas na relação entre as duas cidades, tendo sido pedido ainda um balanço sobre o setor de atividade em que cada organização parceira e decisor político exerce a sua atividade;

- ✓ Num segundo momento, a iniciar com a divulgação desta versão preliminar da Agenda Urbana da Fronteira da Paz, vai ser solicitada uma reflexão e solicitadas propostas sobre a estratégia de médio prazo para o contínuo urbano e sobre os vetores de ação e medidas concretas consideradas como necessárias.

No decurso do primeiro momento de intervenção dos cidadãos foram recebidos até ao momento quase **300 contributos de opinião**, número muito expressivo que nos estimula a manter este processo como um exercício de cidadania aberto e participativo.

Tal como a estratégia, o plano de ação deve também ser um documento evolutivo, que evoluirá em função da evolução do território, das suas atividades e das suas populações no tempo, e onde tal se justifique.

6.1. Uma visão para o contínuo urbano

Fronteira da Paz,

Uma cidade de dois países. Um espaço de cidadania

Uma cidade que promove o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos

6.2. Os objetivos estratégicos

01. Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado

02. Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego

03. Uma cidade sustentável e amiga do ambiente

04. Uma comunidade inclusiva e participada

05. Uma administração próxima dos cidadãos

6.3. Os vetores de ação

01. Uma cidade, dois países: um contínuo urbano organizado

A cidade não é apenas o centro, mas também todos os bairros que a compõem e nos quais as pessoas vivem, bairros que, devido à sua dispersão, implicam mais dificuldades na gestão dos serviços públicos.

1.1 Uma área urbana funcional: a matriz do território

As cidades pequenas, médias e periféricas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social: facilitam o aparecimento de novas iniciativas empresariais, garantem equipamento e serviços, apoiam atividades recreativas e culturais; facilitam a difusão de informação, economias de aglomeração e dimensão crítica. As áreas urbanas funcionais para o desenvolvimento urbano sustentável podem e devem ultrapassar as demarcações

administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais.

1.2 Um contínuo urbano e um território coesos

Uma cidade, dois países, pressupõe e exige que seja promovida uma estratégia de cidade integrada, o que permite reduzir as desigualdades, gerando sinergias e transformar todo o território num polo de referência em sustentabilidade urbana, inclusão social e governação coordenada.

1.3 Um planeamento reforçado para uma visão estratégica para a cidade

Um contínuo urbano com a relevância da Fronteira da Paz não pode ser governado ao sabor da conjuntura de cada momento, exige um exercício de cidadania destinado a identificar um projeto de desenvolvimento no horizonte de uma década, horizonte temporal que não se limita nem se ajusta aos ciclos políticos da administração local.

1.4 Uma mobilidade para reduzir distâncias e aproximar pessoas

As cidades e as vilas são um dos motores do desenvolvimento: estimulam a inovação económica e social, facilitam o surgimento de novas iniciativas empresariais, asseguram equipamentos e serviços, sustentam atividades lúdicas e culturais, facilitam o intercâmbio de informação, garantem economias de aglomeração e dimensão crítica. Mas esse papel pressupõe e exige a mobilidade, das pessoas e das atividades.

02. Uma cidade atrativa para o crescimento económico e a criação de emprego

Como conseguir uma cidade mais atrativa, que a distinga de outros territórios? Obter um ambiente social, económico e político adequados que ofereça recursos humanos qualificados, infraestruturas, segurança, condições ambientais e urbanas favoráveis, com uma cidadania coesa, ativa e participativa. As cidades e os seus territórios devem poder oferecer um projeto que inspire e estimule os cidadãos, as empresas e os criadores de conhecimento. Devem ser capazes de produzir elementos de marketing territorial que as diferenciem e identifiquem como únicas.

2.1 Promover a educação e valorizar as competências dos cidadãos

A educação é mais do que escolarização. A competência é o conhecimento em ação. Formar é preparar para um mundo que ainda não existe. Educar inclui promover um grande programa de formação complementar artístico,

linguístico, cultural, desportivo, ambiental, cívico e para o empreendedorismo, voltado especialmente para as crianças e famílias mais carenciadas e excluídas.

2.2 Promover o emprego na economia local

Uma cidade inteligente está mais e melhor preparada para antecipar as necessidades, aprofundando a estratégia de desenvolvimento na articulação universidades e escolas – empresas – administração local. Os apoios sociais e as medidas de apoio à manutenção do emprego devem valorizar o tecido de pequenas e médias empresas locais e regionais, dos pequenos empresários em nome individual, dos empreendedores e dos trabalhadores autónomos. Devem também estimular o empreendedorismo e evitar o assalariamento dos pequenos empresários que conjunturalmente necessitaram de apoio para sobreviver.

2.3 Inovar e evoluir para a digitalização

As tecnologias digitais, especialmente a inteligência artificial, estão a transformar o mundo a uma velocidade sem precedentes. Estas tecnologias mudaram os nossos modos de comunicar, de viver e de trabalhar. Elas mudaram as nossas sociedades e as nossas economias. A digitalização já estava inscrita na agenda urbana, o confinamento provocado pela pandemia apenas acelerou a dinâmica deste processo. O teletrabalho ganhou um impulso completamente inimaginável apenas há algumas semanas atrás. Esta mudança abre novas perspetivas para os territórios periféricos numa economia do conhecimento, fortemente terciária e digitalizada.

2.4 Motores do crescimento sustentável: o turismo, o comércio e a economia rural

O relançamento da economia deve incluir uma estratégia de captação de empresas e atividades que valorizem os recursos e ativos, promovendo a criação de novas unidades de produção menores, mas mais flexíveis, que incorporem os conceitos de economia circular, que promova o empreendedorismo para jovens, promova soluções para as necessidades de reconversão e adaptação profissional a novas exigências e estimule um maior compromisso da economia com o território.

2.5 Marketing territorial para promover a imagem do contínuo urbano

Um contínuo urbano que se pode afirmar pela qualidade de vida para todos e ao longo da vida, segundo padrões de sustentabilidade, inclusão, mobilidade, eficiência e conciliação da vida profissional e familiar, que qualifica os cidadãos para novas e mais flexíveis exigências profissionais.

03. Uma cidade sustentável e amiga do ambiente

As cidades devem oferecer qualidade de vida aos seus cidadãos. Desde 2010, mais de metade da população mundial vive em cidades e, se a tendência continuar, esta proporção aumentará para dois terços até 2050. Isto coloca uma enorme pressão sobre a terra, com consequências óbvias para o ambiente urbano. Porque a cidade ecológica não é apenas uma questão de satisfação e qualidade de vida, mas sobretudo uma cidade saudável, uma vez que as políticas ambientais têm um impacto muito importante sobre a saúde dos cidadãos.

3.1 Um espaço urbano saudável, com qualidade e bom para viver

A segurança vai ganhar certamente peso acrescido nas cidades ainda que com um conceito mais alargado, não limitado a delinquência, criminalidade e insegurança, mas agora largado aos temas da saúde, da alimentação.

3.2 A cidade e a envolvente rural: um contínuo harmonioso

Viver bem com menos. Já saímos dum tempo de crescimento contínuo e ambição de aumento de riqueza. O nosso futuro passa pelo bem-estar, pela qualidade e pela suficiência. É prioritário reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética. Deve ser dada maior atenção à relação entre a cidade e a zona rural circundante. As relações rurais-urbanas devem ser consideradas na definição de políticas de desenvolvimento urbano sustentável.

3.3 Uma cidade viva: os fluxos metabólicos do contínuo urbano

Uma cidade é um organismo vivo, os seus fluxos metabólicos são mais do que meras excreções, podem ser sustentáveis, geradores de energia e riqueza. A economia circular ajuda a preservar os recursos naturais. A cidade estará mais limpa e a limpeza será mais económica se os cidadãos não deitarem lixo nas ruas ou não praticarem uma gestão responsável dos resíduos e a reciclagem, mas isto também forçará as autoridades a desenvolver uma política de recursos mais eficiente.

3.4 Antecipar a transição energética

Os municípios são chamados a transmitir ação à sociedade, a influenciar as opções e as decisões. As dimensões da autonomia e da proximidade permitem antecipar o futuro e promover novas formas de energia mais sustentáveis e amigas do ambiente.

04. Uma comunidade inclusiva e participada

Aspetos como o declínio demográfico e a emigração, as políticas de habitação ou a própria comunicação estão entre as principais áreas de intervenção propostas pelos peritos.

4.1 Uma cidade de dois países, integrada, segura e funcional

Para que um novo modelo de cidade se assuma como humano deve ter em conta as realidades locais e ser estudado e concebido localmente. Uma área urbana funcional para o desenvolvimento urbano sustentável pode e deve ultrapassar as demarcações administrativas, configurando-se em torno de diferentes funções urbanas, sistemas territoriais policêntricos e maiores inter-relações territoriais.

4.2 Os cidadãos são o centro: uma cidade inclusiva e de bem estar

Usar a tecnologia para criar mais tempo. Mais tempo para viver. Evoluir de uma vida urbana para uma vida mais humana. Promover uma cidade atenta ao plano humano e não se limite ao plano social. Promover um estado social local onde o estado central falhou. Aumentar a prosperidade e o bem-estar através de abordagens de economia social na estratégia de desenvolvimento urbano sustentável.

4.3 A revitalização do espaço público e a habitação

O modelo de desenvolvimento económico que prevaleceu nas últimas décadas favoreceu a concentração das populações em grandes metrópoles e em áreas progressivamente reduzidas. Exige-se hoje cidades mais humanas, mais saudáveis e amigas do ambiente. É necessário um sistema urbano organizado, que tire proveito desta nova tendência, com maior sensibilidade social e maior protagonismo social, mais proativo, que seja capaz de promover respostas oportunas e eficazes segundo uma visão estratégica comum.

05. Uma administração próxima dos cidadãos

Os municípios são chamados a transmitir ação à sociedade, a influenciar as opções e as decisões. Os municípios são diariamente chamados a intervir de forma decisiva na frente da saúde pública e na frente do combate aos custos da crise social e económica. Não se podem deixar cair as cidades. Importa recuperar os serviços públicos. Devemos tornar as cidades atrativas para o investimento.

5.1 Um planeamento estratégico par o futuro do contínuo urbano

A dinâmica de uma cidade determina o modo de vida dos cidadãos e dos territórios. Uma cidade não pode ser pensada apenas no curto prazo e numa perspetiva conjuntural. Ter futuro é ser dono do presente.

5.2 Recursos financeiros para a ambição

O município não deve ser financeiramente pesado para os contribuintes, mas deve ser útil para os cidadãos que nele depositam confiança.

5.3 Uma gestão municipal para os cidadãos. Novos modelos de atuação

A qualidade da administração pública tem um impacto direto sobre o ambiente económico, pelo que é essencial estimular a produtividade, a competitividade e o crescimento do território. melhorar a comunicação e interação entre administrações, otimizar o funcionamento interno e aumentar a transparência para com os cidadãos. Em momentos de crise, os cidadãos reclamam lideranças claras e visíveis.

5.4 Ouvir, acompanhar, avaliar em conjunto, preparar o futuro

O exercício da cidadania é essencial num mundo democrático moderno. As pessoas, por definição, são o alvo de todas as medidas tomadas em seu nome. O governo local deve, portanto, tomar a sua opinião em todas as decisões importantes.